Caravana de Fortalecimento das OSCs – RJ

– Encontro de Criação da Plataforma MROSC
RJ –

Dias 27 e 28 de setembro de 2019

Hotel Diamond, Rua da Glória, 46, Rio de Janeiro/RJ



Realização
CÁRITAS BRASILEIRA
CAMTRA
Abong
ELO
Apoio:
UNIÃO EUROPEIA

PROGRAMAÇÃO

Dia 27/09 – Sexta-feira	
Horário	**Atividade**
08:30	Credenciamento
09h00	Café de boas vindas
09h30	**Resistência e Fortalecimento das OSCs em Tempos de Retrocesso** Aercio Oliveira (FASE/RJ), Athayde Motta (IBASE/ABONG Nacional), Eleutéria Amora da Silva (CAMTRA/ABONG/Plataforma MROSC), Iara A. dos Santos, representante da Deputada Estadual Monica Francisco (PSOL/RJ), Vereador Reimont Otoni (PT/RJ)
11h00	**Trabalho em Grupos**
11h45	**Plenária e Apresentação dos grupos**
12h30h	Almoço
14h30	**Lei 13.019/2014- Marco Regulatório das OSCs: Avanços e Desafios para a Implementação no RJ –** Fabio Amado (Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos -Nudedh da Defensoria Pública), Representação da Plataforma MROSC, Representação do Município e do Tribunal de Contas do Município do RJ (a confirmar). Coordenação: ABONG/Camtra/Plataforma
16h00	**Plenária**
17h	Café
17h30	**Roda de Conversa sobre o ITCMD** - Representações da Secretaria da Fazenda do Estado do RJ (a confirmar), Deputado Estadual Flavio Serafini—PSOL/RJ (a confirmar) videoconferência: Mauri Cruz (IDhES/ABONG), Aline Viotto (GIFE)
19h	Jantar
Dia 28/09 - Sábado	
Horário	**Atividade**
09h00	**Roda de Conversa "Desafios de Sustentabilidade das OSCs no RJ e a Importância da Construção da Plataforma Rio"** CAMTRA, CEDAPS, Casa da Cultura de São João do Meriti, CDDH -Centro de Defesa dos Direitos Humanos Petrópolis
10h00	**Trabalho em Grupos**
10h45	Café
11h00	**Apresentação dos Grupos e Encaminhamentos**
12h00	Almoço
13h30	**Composição da Plataforma MROSC -RJ**
15h00	**Oficina de Autocuidado para Mulheres (atividade aberta)**
17h00	Lanche e Encerramento

Abertura



Eleutéria Amora abre o evento com uma conversa informal com as pessoas que chegavam. Fala sobre como é nossa vida nas organizações e quais são seus maiores desafios. Após pedir que as(os) participantes se apresentem, fala sobre a Lei 13.019/2014, chamando a atenção para o artigo 2, que define a OSC:

> *"Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*
>
> *I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva."*

Lembra que a organização é do coletivo: não há proprietário ou proprietária. "*Quando saímos, levamos somente a experiência conosco*".

Em seguida, fala sobre as metodologias de contagem das OSCs do Brasil. O IPEA computou todos os CNPJs ativos e o total foi de cerca de 800 mil OSCs. Segundo o IBGE, a contagem é de 290 mil (em 2010), com concentração maior na região sudeste. Segundo o instituto, 30% das organizações são da área da defesa de direitos, comparados a 28,5% religiosas, 12,7% cultura e recreação e 10,5% assistência social.

Apresenta o contexto legal anterior, a falta de entendimento do que é ou faz uma ONG/Associação. Os vários tipos de contratualização que a lei vem unificar e simplificar. Existem recursos no país. A questão é como usá-los, ou quem pode usar.

Objetivo do MROSC:

"Fortalecer as entidades da sociedade civil por meio da construção coletiva e participativa de um novo marco regulatório adequado, que incentive e favoreça a inserção das entidades nos processos de construção da democracia e do desenvolvimento sustentável do País."

Um dos desafios das OSCs é enfrentar o que pensam sobre nós, incentivados por uma política de destruição do Estado brasileiro. Este evento tem também como objetivo dialogar com o legislativo



27.09.2019 - Dia 1:

Mesa de Abertura:

Resistência e Fortalecimento das OSCs em Tempos de Retrocesso

Aercio Oliveira (FASE/RJ), Eleutéria Amora da Silva (CAMTRA/ABONG/Plataforma MROSC), Iara A. dos Santos, mandato da Deputada Estadual Monica Francisco (PSOL/RJ), Vereador Reimont Otoni (PT/RJ)



Aercio Oliveira



Primeiro é bom saber que está num ambiente onde conhece pessoas de trabalho, projeto de 2010. Morador de Nova Iguaçu, ainda mora na Baixada Fluminense. Tem trajetória como militante da área cultural, quando jovem, depois atuou em sindicatos, trabalhou na Bayer. É educador popular. Faz uma reflexão sobre o tempo em que estamos vivendo. Tem pesquisa na área da filosofia da economia. Ontem site da fase tem artigo A economia da destruição, onde tenta historicizar os elementos mais evidentes disso que Eleutéria chamou de total destruição do brasil. Quer, no entanto, abordar outro aspecto que tem a ver com nosso trabalho cotidiano. A medida que a sociedade vai se "desenvolvendo", essa estrutura coloca frases como "perdemos o contato com a base". O fato é que aqui fazemos parte de uma estrutura que está no cotidiano, mesmo quem está no campo democrático tem dificuldade de entender o que acontece na zona norte se mora na zona sul.

Desde a segunda grande guerra, a transformação do capitalismo equivale ao que aconteceu no séc. XV e XVI. Primeiro, no campo material – ciência, tecnologia. Hoje temos o mundo do trabalho estruturado num trabalho concreto e objetivo, geralmente o trabalho precarizado. No outro extremo, robotização, sofisticação que tira as pessoas do trabalho jogando-as para o Uber. As empresas ganham mais no mercado financeiro do que na produção de seus produtos. Podem prescindir da mão de obra, mas precisam de matéria prima. Precisam de propriedade intelectual, patente. Outro aspecto é o cultural, espiritual (Essas coisas se relacionam) - fortalecimento do individualismo, narcisismo. Cada um por si, salve-se quem puder. Isso se espalhou na sociedade, as relações mais simples são baseadas no dinheiro (Milton Santos já falava, há 30 anos – vivemos numa sociedade onde mais importante é ter do que ser)

de Janeiro. Aí está o trabalho da educação popular. Além desse mundo material (debate que fazem na Fase), entramos numa disputa de compreensão de mundo. Afirmar ou recuperar valores como solidariedade (Carta Coríntios 13, versículo que fala do amor). Recuperar o setor do campo religioso monoteísta. É um equívoco a critica de que são neoconservadores. É importante a disputa com os setores conservadores.

A Pedagogia do Oprimido ajuda a entender essas relações. A educação popular possibilita que as pessoas tenham uma leitura crítica da realidade. Nossa estrutura cognitiva procura o ponto de conforto, de estabilidade e o mundo está muito acelerado e complexo. Não é fácil entender o que está acontecendo. O desafio é descomplexizar o mundo, entender que o rapaz que pede dinheiro na rua tem tudo a ver com o Paulo Guedes.

Vereador Reimont

Elogia a Camtra, dizendo que no RJ ela é um bálsamo, considerando o que as mulheres sofrem com trabalho precarizado, violência, e a Camtra está na luta há mais de 20 anos.



Primeiro lembra que, na contramão do que os governos tem feito em vários níveis – estadual, etc.- e da elite brasileira, é preciso fortalecer as OSCs. Os conselhos estão sendo desmontados e um desejo de fazer a política feita de cima, sem diálogo, sem ouvir as demandas que nascem do chão do povo. Ontem estava em Coelho Neto, região adensada de violência, mas também de muitas possibilidades. As pessoas perguntavam como podem compreender um governo que mata uma menina de 8 anos? Como fazer essa leitura? Das muitas mortes das pessoas negras ("eu paguei a bala que a polícia usou pra matar meu filho"). Na verdade, os que nos governam nos atacam, como dizia Cazuza, mas chegaram ao poder pelo voto, nosso voto.

O pedido de desculpa pode ser simbólico, mas é preciso ser feito. Há um ataque sistemático que precisamos compreender. AS OSCs não podem se deixar sugar por qualquer movimento que seja. Podem parceirar com o legislativo, mas sociedade civil é sociedade civil.

É preciso compreender Paulo Freire na Pedagogia da autonomia - temos que falar de autonomia das mulheres, das minorias. Compreender que não podemos abrir mão da nossa humanidade.

Temos que nos lembrar que vivemos no brasil 400 anos de escravidão. 500 anos de genocídio dos povos da floresta. 500 anos de exploração. No momento vivemos o extrativismo, que destrói o chão em que pisamos, o ar que respiramos, nossa diversidade.

As OSCs existem para que o piloto automático não seja ligado na sociedade, para que as crianças não sejam mortas, as lideranças abatidas, os jovens negros sendo executados. Nosso papel é ter a rédea da sociedade nas nossas mãos, não deixando o piloto automático ser ligado. Ou somos os sujeitos da construção política ou seremos nada. Tomamos nossa história nas mãos ou vamos repetir a história dos oprimidos. Nos matam, ameaçam matar o papa, mataram Marielle, lideranças são ameaçadas, ou seja, basta lutar pelos oprimidos que chega o facão.

Maria Lúcia Pereira liderança BA da população de rua, veio várias vezes para construir a lei 6.350. no dia que a lei foi aprovada, 4.5.2018, ela morreu. Ela dizia "não fale de nós sem nós".

A pena de morte não está prevista em nosso arcabouço legal. O estado, no entanto, age como se houvesse.

"A esperança é um verbo, eu esperanço, você esperança,

Iara Amora



Explica que é a primeira vez que está numa mesa sem representar a Camtra. Monica está numa representação em Campos dos Goytacazes, sobre a CPI do Feminicídio. Os números são alarmantes e inaceitáveis, embora tenhamos tido avanços. Coloca o mandato da Monica à disposição de todas e todos.

Ficou pensando que contribuição trazer para a mesa e se pegou no termo da resistência e fortalecimento em tempos de retrocessos. Infelizmente, é preciso falar dos retrocessos, mas também o que tem vivenciado na ALERJ. Há essa conjuntura internacional e nacional que se reflete em nosso Estado e no legislativo. Em nosso Estado os retrocessos ganham muito mais corpo no governo Witzel. Maior repressão, maior violência, é um discurso do Brasil que está bem enquadrado no governo genocida do RJ. Em 2019 foram 1249 mortes decorrentes de policiais, 16 crianças baleadas durante intervenções policiais, escolas e favelas recebendo tiros de helicóptero. Não é só descaso com essas populações, mas de extermínio. O governo vai fazer uma cartilha para orientar os moradores de favela a como se comportarem durante as operações policiais. Na ALERJ a maior bancada é do PSL, que coloca dia a dia esse projeto de militarização, CPI da UERJ, proposta de desmontes, tudo que está escrito gênero eles querem tirar do texto. Já estão chegando a riscar população negra, africana também. No campo dos Direitos sexuais e reprodutivos, constante limitação aos direitos. É uma agenda que infelizmente está bem organizada. Uma ação para cada lugar em que está sendo ocupado. Nosso compromisso é com a sociedade civil. Lá, somos poucas e poucos (no legislativo). Lembra da frase de Simone Beauvoir "Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida". Conseguimos pautar muita coisa como feministas desde a constituição de 88. Sou da geração que nasceu em 84, e tenho a impressão que algumas pessoas acham que os direitos foram dados e estão garantidos, não há muita reflexão sobre o quanto os direitos são frutos de organização e luta. Nunca estão conquistados.

O mandato da Monica e de outras mulheres negras da qual Marielle é um símbolo e fruto dessa luta do movimento /feminismo negro que não se via na representação legislativa. É nosso dever estar em constante diálogo com a sociedade civil e buscar brechas no legislativo.

Eleutéria Amora resgata um pouco do que surgiu nas falas nessa mesa de resistência. Quem está na mesa está nesse desafio da atuação das ameaças presentes. Quais são os mecanismos que podemos construir para as OSCs? Outra questão é a atuação do estado e município do RJ nesse campo. Em dezembro, antes de sair, o prefeito assinou o decreto da regulamentação da lei no Rio de Janeiro. O estado nem decreto fez.



Debate







Laiza xxx (Fórum de Mulheres Negras Cristã, pastora no Vidigal) - Ninguém solta a mão de ninguém! Quando uma sobe, pega a mão da outra e ajuda ela a subir, pra não ir só.

O que chamou atenção foi a cartilha que Iara comentou que o Estado vai fazer. Que pelo menos nos chamem para compor, para não falar de nós sem nós. Quer fazer um desabafo. Pintam a igreja e ela aparece com marcas de tiros. A igreja está no local há 40 anos. Há mais de 30 tiros agora. No domingo, por exemplo, a escola dominical terminou mais cedo e pessoas idosas saiam, quando um tiroteio começou .

Aloisio Dias – agora que o governo acabou com a Secretaria da Economia Solidaria, como fazer com o prefeito e o governador aqui no Rio se quiserem reconstruir isso?

Aloísio xxx (Presidente da Associação do Bairro Figueira) – quando não usamos a democracia, quando podemos votar e ser vistos, quando os que ganharam transformam seus cabos eleitorais em lideranças comunitárias sem referência institucional. Uma vez que se tornam autoridades, elas nos limitam a chegar perto e dialogar. Agradece o evento e diz que precisa ir para a Baixada.

Telma, trabalha numa organização com foco em qualificação para emprego. O político não gosta de trabalho sério (pede desculpas se ofende), se acha esperto mas é burro...

Reimont – Se coloca a disposição das pessoas que aqui estão – vulnerabilidade da juventude, educação. Coloca duas questões – quando o governo acaba com a Secretaria da Economia Solidaria, o estado e município continuam existindo, porque não é uma política do governo. A agricultura familiar, sente dizer, não depende de Bolsonaro. No município temos resistido bravamente em relação à economia solidaria, mas se detém nas falas de Aloísio e Telma, dizendo o que é a função do vereador. Ele, por exemplo, não pode instalar uma academia. O que ele pode fazer é lembrar ao prefeito, dizer a ele que tal lugar precisa disso ou daquilo. O que ele pode fazer é brigar pelas questões. A política dele é de defesa. Fala um pouco da classe política, onde tem muitas pessoas boas. Cita algumas leis, construídas com o público interessado, como a 5429/2012, que dispõe sobre a apresentação de Artistas de Rua nos logradouros públicos do Município do Rio de Janeiro, a Lei 6272/2017 que atualiza a Lei dos Camelôs e os organiza na sociedade, e a Lei 6350, que institui política pública para moradores em situação de rua. Cita essas 3 leis com a característica de que todas foram construídas com o público.

A luta é dura. Uma mulher negra tem que brigar por seu lugar para não voltar a favela, o professor de capoeira, também. Agradece todas e todos e desculpa-se por não ouvir Aercio e Iara., pois tem que sair para outro compromisso.

Aercio – Anotou vários tópicos, mas só vai tratar de um. Agradece a mobilização. Ficou inspirado pelas pessoas que falaram. Foi mencionada a esperança e isso é algo que uma parte da sociedade, nós que aqui estamos, não podemos perder, principalmente num ambiente difícil. Começou a militar no Jardim Bom Pastor em Belford Roxo. Tinham um grupo de teatro inspirado no Augusto Boal que era bom. Isso aos 14 anos. Viu um rapaz na mercearia com um violão. Ele falava que tinha uma biblioteca comunitária no bairro, isso e aquilo. Está com 54 anos e recebendo ou não dinheiro como educador popular ou assessor parlamentar há 40 anos. Nunca na história da humanidade houve transformações radicais e profundas com gente organizada. As pessoas que estão aqui. Ser humano capaz de projetar, imaginar uma sociedade mais justa e próspera. As pessoas aqui desabafaram, mas estão no campo da esperança e não param de lutar. Reconhecer que somos humanos e nossa humanidade nos dignifica. A questão da esperança é fundamental. Querem que a gente abandone isso.

Iara – Agradece também. Sobre o modo de fazer política, sabe que há espaços, políticos e políticas que sabem fazer diferente. Fala um pouco de quem é a Monica, que foi conhecida pela Iara quando ainda era do grupo Arteiras. Reforça o compromisso de estar à disposição. Hoje é presidente da Comissão do Trabalho (Monica). Há uma Frente de economia solidaria presidida pelo Waldec, do PT. Fala um pouco da questão de que a esquerda se distanciou das bases, questiona um pouco se as pessoas que estavam nessa base realmente estavam, porque quem está não saiu. Há uma ideia de que nós, a esquerda ou o feminismo, vamos levar o conhecimento. Nós não levamos nada. Nós apresentamos e as pessoas fazem, do jeito delas.

Eleutéria – fecha a mesa reconhecendo as diferenças das pessoas: com ou sem religião, somos todas e todos militantes. Daqui não vai sair receita milagrosa. Vai sair luta.



27.09.2019 - Dia 1 - Mesa da Tarde:
Lei 13.019/2014—Marco Regulatório das OSCs: Avanços e Desafios para a Implementação no RJ

Fabio Amado (Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos -Nudedh da Defensoria Pública), Eleutéria Amora (Plataforma MROSC), Athayde Motta (IBASE/ABONG Nacional), Wanda Guimarães (CEDAPS)



Eleutéria faz um resgate da mesa da manhã, que discutiu a conjuntura de resistência, de como viver num ambiente de retrocesso, os impactos para as OSCs. Fala um pouco do projeto da União Europeia, que tem como propósito fortalecer as OSCs da Plataforma MROSC. A Plataforma nasce de um grupo de organizações que lutaram para construir a lei do MROSC. De lá pra cá, a lei tem avançado, mais nos estados e municípios do que no âmbito federal. A lei é para trazer transparência e normas para contratualização entre Estado, Administração Pública e OSCs.

Como resultado da manhã, podemos falar da ideia da construção de uma Frente Parlamentar Municipal. Um

dos objetivos deste encontro é a criação de uma plataforma. A Frente é um espaço que se cria dentro de um parlamento para lutar pela lei. Para a mesa da tarde, convidamos também o Tribunal de Contas do RJ, que ficou de dar uma resposta que nunca veio. Na prefeitura todas as tentativas de trazer uma representação foram em vão, sem retorno algum. Da conversa da manhã já tivemos resultados, pela Monica Francisco surgiu a possibilidade de marcar uma audiência pública para que as (os) representantes do governo possam dar uma resposta. Nesse momento, um participante chamado Sandra que se apresenta e diz querer se juntar às forças da audiência pública.





Eleutéria Amora convida para a mesa Angélica Basthi, Coordenadora de Comunicação da ABIA Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (à direita na foto)



Athayde Motta (IBASE/ABONG Nacional) - Este encontro é um avanço. Nosso trabalho tem um espírito público, e nossa luta pelos acessos públicos é uma luta longa, que vem de antes do MROSC. É uma luta justa.

Fabio Amado (Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos -Nudedh, da Defensoria Pública) - Em Direito, falamos que o silêncio é uma resposta (comentando a fala de Eleutéria sobre as ausências do governo na mesa). Cita o Artigo 21 da Declaração dos Direitos Humanos que trata da livre associação ("Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica"), e traz o exemplo de uma cartilha que está sendo construída por crianças, ensinando a policiais a se comportarem nas comunidades.

As OSCs têm visto seu espaço de atuação se tornar limitado, enquanto o espaço para o capital e entidades privadas aumenta. Ofensas às OSCs, grupos indígenas, questões de gênero, questões de caráter racista; hoje o cenário é ainda mais árido para a atuação das OSCs.

Nos identificamos e nos aproximamos dos grupos minoritários ("minoritários" apenas porque não estão no poder, já que são maioria); jovens negros e pobres são a maioria no sistema prisional. Os homens na minha posição não têm empatia por jovens negros, que viram cifras ocultas. Então, uma facada num branco no bairro da Lagoa gera empatia, mas de negros não. Ao falar em direitos humanos, as pessoas negam que sejam universais, falam que são para bandidos. Pessoas detentoras de poder, por via direta, atacam a sociedade civil. Defensoria, Tribunal de Contas e Procuradoria são mantidos pelo Estado, mas possuem autonomia, que possibilita que haja confrontos – cada dia mais áridos – com o poder público.

Neste cenário, pior este ano do que ano passado, é preciso criar fóruns como este, para as OSCs estreitarem laços e se apoiarem num processo de não largar a mão mesmo. A tendência é ainda de um recrudescimento da violência. Teremos mais 1500 pessoas mortas pela polícia ainda este ano. Temos que falar das organizações religiosas de matriz africana, geralmente candomblé e umbanda e a associação espúria que se tem feito entre milícias e o neopentecostalismo para destruir os símbolos da africanidade presente nos cultos dos primeiros. O Estado se faz omisso aqui nesta mesa. A lei reforça nosso estado democrático de direito. A sociedade civil é quem está no território e na base das políticas públicas, de suas necessidades. Belo Horizonte tem um órgão para fazer a mediação entre governo e sociedade civil. No Rio de Janeiro estamos ainda rastejando. Preci samos entender quais são as



potencialidades de pontos focais no RJ. Vislumbro que a Procuradoria Geral do Município pode ser um ponto focal. No próximo ano teremos eleições e podemos articular compromissos antes delas. O tribunal de contas tem um corpo técnico, podemos fazer uma mesa técnica. O tribunal tem poder e é subutilizado no Rio de Janeiro.

Temos que ser capazes de abstrair da maldade alheia para seguir lutando com persistência. O reconhecimento deve ser da própria consciência e não público.

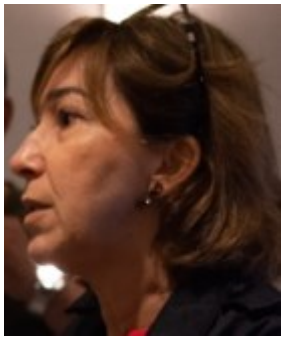
A defensoria presta serviços a organizações vulneráveis, extremamente vulneráveis. A ideia é que a assistência jurídica integral e gratuita deveria ser estendida às organizações extremamente vulneráveis. A defensoria defende os direitos humanos e o segundo artigo da constituição.

O momento é de construção. Temos 5 anos de uma lei que não está implementada [refere-se à Lei 13.019/2014]. Se coloca a disposição para conversar com procuradorias, como pessoa e profissional que reconhece o papel e valor das OSCs.

Amado disponibiliza seu endereço de trabalho e seu email: Av.Rio branco 147, 12º andar. Endereço eletrônico: amadobarretto@gmail.com

Wanda Guimarães (CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde) - reitera as palavras de Fábio e chama a atenção para a ausência do governo nos debates. Temos grupos pequenos tentando sobreviver com pouco. Há aquelas organizações que nunca acessaram os recursos públicos – que são nossos e por isso são chamados assim. E há ainda as organizações que se estruturaram e conseguem acessar. Precisamos apoiar mais quem mais precisa. Assim como fazemos em nosso dia a dia. Discutir a equidade, que é a tônica de todas as organizações que estão aqui. Infelizmente, percebemos que o poder público em nossos territórios só se faz presente com a violência policial. Nossa lógica, porém, é ver como esse tecido social pode se estruturar para ter uma vida mais digna. Esse governo é frontal nos ataques às OSCs, mas nunca foi fácil. Entender os direitos humanos como defesa de bandidos é o tom agora.

A gente reproduz muito as falas fáceis. O MROSC não é tudo que a gente queria, foi muito trabalhoso e foi esforço de muita luta. Precisamos ganhar as pessoas e fazer com que elas entendam a importância e o que é uma OSCs. Não somos governamentais, óbvio. Temos que falar quem somos. Somos uma organização da sociedade civil. As palavras também criam ambiência. Cita os termos retardado e aidético como termos que não usamos mais, aprendemos outros. Uma reeducação da nossa fala é necessária no campo das organizações.



Em relação às pautas deste encontro, cita um evento realizado na Procuradoria com a participação de técnicos do governo e do estado. Isso é um sintoma. Precisamos, no entanto, cavar esse diálogo. Precisamos conversar com esse governo mais talvez do que com todos os outros. Forjar um canal de diálogo por mais difícil que seja. Nós fazemos essa sociedade mais do que os governos, que se vão. O fato de sermos muito diversas(os) às vezes nos atrapalha muito. Olhamos para o diferente e dizemos que não tem nada a ver conosco.

Desafios do MROSC – como vamos nos estruturar aqui no Rio? No caso da assistência social, a maior parte é feita pelas OSCs como APAE e muitas outras, em convênios com a prefeitura.

Angélica Basthi (ABIA), diz que foi pega de surpresa com o convite. Nesse cenário atual, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDs – ABIA, que trabalha com direitos humanos, justiça social, aids, é uma organização que está na resistência. Não há como falar da AIDS sem falar de sexualidade. Falamos de população negra, LGBT, populações que usam drogas, ou seja, população excluída em muitos aspectos, inclusive por nós. Estamos sendo jogadas para as trincheiras da lua. No campo da ABIA estamos no cenário de desmonte total das políticas para aids. O governo retirou o nome da AIDS da secretaria do departamento. Junto a isso vem uma série de ações políticas que vão fazer desaparecer o tema, tema este que tem tudo a ver conosco, principalmente com as pessoas negras.

A ABIA, por sua trajetória, marcadamente crítica e de monitoramento, trabalha a questão da interdisciplinaridade. Como caminhar num cenário tão adverso? Propõe como reflexão, dois pontos: 1) proposta da ABIA traz para outros campos: o que aprendemos de lição do passado (desde 88 até aqui)? Tivemos erros e acertos. O que podemos aprender como passado mais antigo, para podermos trazer como munição e reaplicar nos próximos tempos? Somos nós as(os) produtores de conhecimento. Não são os especialistas que tem as respostas para tudo. Como transformar esse saber em conhecimento aplicável às pautas que desejamos? Trazer nossa expertise e experiência para avançar e fazer um enfrentamento em relação a essa ausência de diálogo. 2) Segurança digital – ao mesmo tempo que pensamos em estabelecer novas estratégias e parcerias, é importante pensar na segurança digital. Como nos ambientamos e caminhamos nesse novo cenário. Athayde agradece e abre para perguntas.

Debate

Aloísio pergunta por que o Ministério Publico não intervém na prefeitura do Rio, nesse momento de pedido de impeachment do prefeito. Outra participante, Aparecida, pergunta a Fàbio como participar dos encontros promovidos pela defensoria. Alcinei gostaria de fortalecer as OSCs que precisam de apoio e assessoria jurídica.

Fábio responde que i impeachment é um procedimento político, não é tão objetivo como se pensa; trata-se de uma construção de argumentos que nem sempre é suficiente para efetivar. Responde à Aparecida, indicando a página da defensoria pública do Rio de Janeiro e também do Facebook, onde constam todos os eventos da Defensoria.

Sandra, participante originária de Brasília, diz que acompanha o MROSC há muito tempo e diz que precisamos buscar a Promotoria e olhar para os Conselhos. Os conselhos não conhecem seu papel. Estão garantidos pela constituição. Acha que a sociedade civil pouco participa dos conselhos, talvez pelo descrédito dos mesmos.



Roda de Conversa /Videoconferência sobre o ITCMD (Imposto Transmissão Causa Mortis e Doação)

Para esta Roda de Conversa foram convidados o Deputado Flávio Serafini (PSOL/RJ), que justificou sua ausência, e uma representação da Secretaria da Fazendo do Estado do Rio de Janeiro, que não confirmou presença ou justificou ausência.

A conversa foi conduzida por **Mauri Cruz** (Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - IDhES, e Associação Brasileira de ONGs - ABONG) ,e **Aline Viotto** (GIFE—Grupo de Institutos Fundações e Empresas).

Mauri Cruz (IDhES/AONG) - O ITCMD nasceu na constituição de 1988. O artigo 155 fala especificamente do tema das doações. É um imposto estadual, mas tem reflexos nacionais.

No MR pessoas físicas e jurídicas são isentas desse imposto, já que não há lei complementar, nem regulamentação presente. Entendemos que esse imposto não deve ser incidido, de acordo com a interpretação de pelo menos duas assessorias jurídicas. Há a possibilidade de fazer uma petição ao Banco Central; há uma minuta de ofício sobre esse recurso realizado na região Sul e está em elaboração um parecer para levar ao Banco Central.



Aline Viotto (GIFE) – Desde 2017 discute-se bastante o ITCMD no GIFE. Avaliam que a proposta inicial sempre foi a de tributar as heranças (posição validada pela FGV), mas a transmissão feita em vida acabou gerando tributação. O problema é que as pessoas podem fazer essa doação em vida para parentes, ou fazer uma doação para uma OSC, de interesse público, e nesse sentido a ideia seria não tributar. Faz bastante sentido diferenciar esses tipos de doação – privada e de interesse público. Aline tinha a percepção de que o Brasil tratava dessa questão de forma peculiar. Fizeram então uma pesquisa com a FGV para ver como eram as doações em outros 75 países. A pesquisa com a Suíça e Argentina não funcionou por serem países distritais. A Croácia e Coreia do Sul são os únicos países que tributam como o Brasil. Os outros tributam a doação para entes privados, mas diminui ou não incide o tributo quando se trata de doação para OSCs. O grande desafio e estratégia e de como atuar. É um tributo estadual, ou seja, cada estado estabelece uma alíquota, quem paga, se o doador ou o donatário. É um processo confuso.

O que vemos de estratégia: discutir com cada estado. No Rio de Janeiro houve alteração recente (2017, aplicado em 2018), e é um estado considerado exemplo, pelo fato da isenção ser bastante ampla. Alguns exemplos de isenção dos estados são por setor; quando estabelecem é por área de atuação. O GIFE discorda dessa forma, pois se a organização é de interesse público não deveria ser taxada. No Rio há o desafio ainda de se reconhecer a isenção pela Secretaria da Fazenda, o que é bem complexo. A cada doação, a Secretaria tem que reconhecê-la. O que é mais difícil, que é o estado ter uma lei mais ampla, existe no RJ. O que precisa melhorar é o procedimento. Em São Paulo a lei é menos abrangente, mas o processo de reconhecimento se dá anualmente, ou seja, uma vez por ano se solicita então o reconhecimento.

Há muita resistência dos fiscais e de quem está na ponta, os técnicos. É preciso entender que é possível fazer esse processo num modelo mais simples.

Há uma proposta de ampliação das imunidades - educação, assistência social e saúde, que estão na constituição. Hoje as pautas estão muito ampliadas e, portanto, as imunidades precisam ser ampliadas. Há também uma proposta de lei tramitando para regulá-la em nível naci-

28.09.2019 - Dia 2:

Trabalho em Grupos: Entendimento da Lei 13.019/2014

Abertura: Café e Movimento de Integração, com uma Dança Indígena





Trabalho em Grupos - Entendimento da Lei 13.019/14

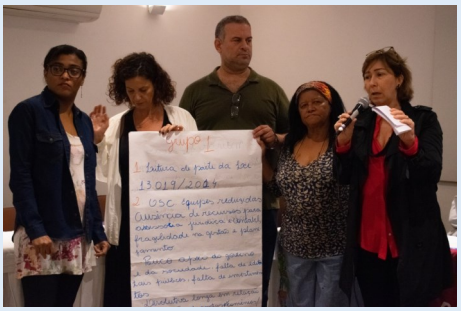
O grupo foi dividido em 3 subgrupos para refletir sobre:

1. Leitura e apresentação em plenária do artigo definido ao grupo.
2. Desafios das OSCs
3. Estratégias/Propostas



Grupo 1 (Caput, Artigo 1 até letra C)

Wanda Guimarães, Mª Aparecida Vieira, Enocho Leitão, Luciana da Silva, Aloisio, Sandra Regina Morato Martins, Luciana G.S. da Silva Rosalina Francisco



Pontos relevantes:

⇒ Mútua cooperação; o recurso existe e não é um favor para OSCs

⇒ Realidade das organizações: equipes reduzidas, ausência de recursos para assistência jurídica e contábil, fragilidade na gestão e planejamento (via de regra somos ativistas e não conseguimos nos qualificar tanto na gestão)

⇒ Há pouco apoio do governo e da sociedade em geral; falta de editais públicos; falta de investimento nas OSCs.

(continua)

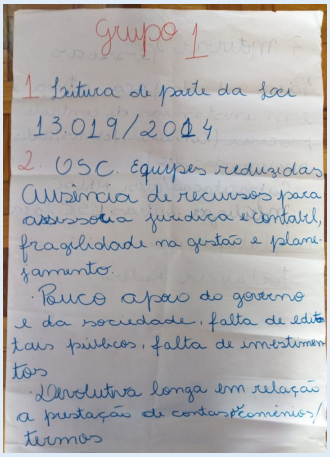
(Continuação Grupo 1)

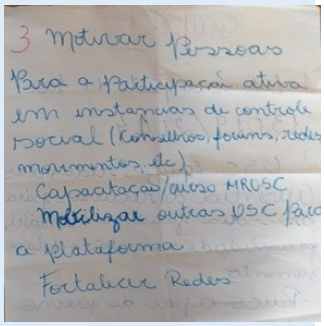
⇒ Há pouco apoio do governo e da sociedade em geral; falta de editais públicos, falta de investimentos para as OSCs.

⇒ Devolutiva muito longa em relação a prestação de contas com o governo.3) Motivar pessoas para uma participação ativa;

⇒ Capacitação e curso do MROSC,

⇒ Mobilizar outras OSCs para a Plataforma. Fortalecer redes – sem o tecido social não podemos avançar.





Grupo 2 (Item 3º Parceria até p. 2, 14b)

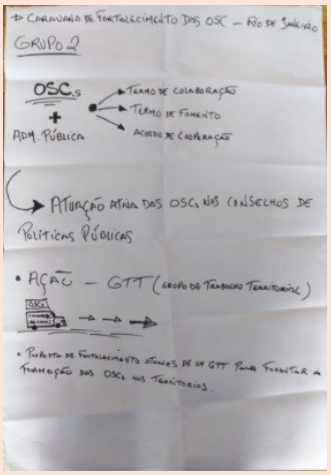
Eduardo Agra, Lídia Fernandes, Mauro Pereira, Guaracira de Castro, Sadraque de Souza, Rosangela, Telma Nogueira, Marleide Nacle, Hilda Sommer



⇒ Termo de Fomento e Colaboração – Termo de fomento envolve recursos; Acordo de cooperação – não envolve recursos.

Ação Proposta:

⇒ Criação de um GTT—Grupo de Trabalho Territorial para ver as necessidades comuns das organizações. Criação de redes variáveis. Hoje há muitos recursos para o fortalecimento das organizações.
Se nos juntarmos à defensoria e outros órgãos, nos fortalecemos.



⇒ Para as OScs, a questão financeira é importante, mas um dos participantes diz que já trabalhou com acordo de cooperação e a prefeitura não tinha base de conhecimento; o grupo levou tal conhecimento à outros municípios – Quissamã, Carapebus, entre outros.

⇒ Levar a discussão para os territórios, como a Zona Oeste (Telma e Eduardo).

⇒ Efetividade do MROSC: as OSCs precisam adequar as documentações à Lei do MROSC; As instituições precisam estar habilitadas.

⇒ Criar CONFOCOs nos municípios e lutar para serem deliberativos.

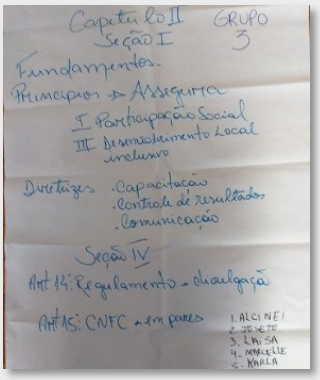
Grupo 3 (Termo Colaboração e Fomento, Seção I e seção IV, p. 5)

Alcinei do Amaral, Josete Cavalcanti, Laiza Gomes, Marcelli Costa, Luiza, Distéfano de Lima, Anne, Carla de Carvalho

⇒ Termo de Colaboração – tópicos que precisam estar presentes: participação social, desenvolvimento local inclusivo, controle de resultados e comunicação. A mudança fundamental do MROSC é o resultado, não a prestação de contas. Transparência e comunicação dos resultados.

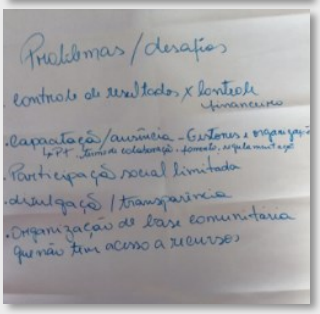
⇒ Não sabem se há real necessidade de termos um CONFOCO. As organizações podem ser ajudadas pelo conselho.





Questões e desafios:





⇒ Controle de resultados x controle financeiro. A ênfase nos resultados e a transparência nos processos.

⇒ Ausência de capacitação dos gestores e de quem analisa a documentação das OSCs.

⇒ Sensibilizar os gestores públicos

⇒ Participação social limitada

⇒ Divulgação e transparência - não temos edital, não vemos, não há divulgação.

⇒ Organização de base comunitária que não tem acesso a recursos



Grupo 1



Grupo 2



Grupo 3

Fechamento do Trabalho em Grupos

Observações de Eleutéria Amora

Este encontro não tem a pretensão de adentrar a lei. A Plataforma não tem apenas este objetivo. Há um tripé: a parte legislativa, a agenda de conhecimento e a agenda tributária. Partindo do princípio de que as organizações são sem fins lucrativos, já nascem com imunidade na arrecadação. Em tese, essa imunidade deveria ser para todas. A agenda tributária é extremamente importante porque afeta diretamente nossa existência. Cerca de 8 mil OSCs no Brasil, do campo da educação, assistência social e saúde possuem a CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social), cujo maior benefício é o de incidir na folha de pagamento da não arrecadação da parte patronal. Nós não entramos nessa agenda. Queremos um regime tributário próprio para as OSCs.



A lei foi construída por nós. Somos desiguais no âmbito das organizações. Dirigentes precisam receber. O CONFOCO, onde sociedade civil e governo são paritários pode dialogar com outros conselhos setoriais.



Processo de Composição da Plataforma MROSC -RJ

Foi realizada uma plenária para definir os segmentos para compor a Plataforma Rio de Janeiro. Em seguida, o grupo foi subdividido em subgrupos para dialogar sobre as indicações. O resultado foi o que segue:

Segmentos	Organização	Representação
Direitos das mulheres	CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora	Marta Lago
Saúde	CEDAPS	Wanda Guimarães
Direitos das mulheres - suplência	MMAH – Movimento de Mulheres Apoio Humanitário	Josete Lima Cavalcante
Território	Casa da Cultura da Baixada Fluminense	Diestéfano de Lima
Mulheres Negras	Fórum de Mulheres Negras Cristãs	Laiza Gomes
Socioambiental	Defensores do Planeta	Mauro Pereira
Juventude	Galpão Gamboa	Lídia Fernandes

Pontos Focais – o entendimento foi que todas e todos atuarão como ponto focal. Os nomes abaixo se colocaram à disposição:

- Associação Harmonicanto Música e Cidadania – Rosana Mendes dos Santos Costa
- Capina Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – Enoch Figueiredo Leitão
- Movimento de mulheres do Parque Horácio Cordeiro Franco - Maria Aparecida Vieira
- Engenheiro sem Fronteiros - Núcleo Rio de Janeiro - Aliciane Peixoto

Encaminhamentos:

- Organizar um encontro de aprofundamento sobre a Lei 13.019/2014 para o grupo da Plataforma e pontos focais
- Articular com mandato da Deputada estadual Monica Francisco (Psol/RJ) uma audiência pública
- Retomar diálogo com Fábio Amado, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos -Nudedh, da Defensoria Pública, para ampliar serviços de apoio jurídico às OSCs.

Participações e Organizações

	Nome completo:	Organização/Fórum/Rede
1	Alcinei Silva do Amaral	Projeto social ONG Formiguinha Criação e Reação
2	Aliciane Peixoto	Engenheiros Sem Fronteiras - Núcleo Rio de Janeiro
3	Aloisio Dias Cunha	Associação Pestalozzi
4	Aloisio Pereira Silva	Associação de Moradores da Figueira em Duque de Caxias
5	Ana Maria Bueno Machado	Empreender-se/ Ecocasa Silvestre
6	Angelica Basthi	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
7	Carla de Carvalho	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis
8	Diestéfano Sant'Anna de Lima	Casa da Cultura da Baixada Fluminense
9	Eduardo Agra	Prosalvi
10	Enoch Figueiredo Leitão	Capina Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
11	Guaracira de Castro	Formiguinhas do Lar
12	Hilda Sommer	VOAHR Ver Ouvir Acolher Harmonizar Reestruturar
13	José Carlos Dionizio	PROFEC
14	Josete Lima Cavalcante	OSC MMAH Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário
15	Laiza Francisca Gomes	Fórum de Mulheres Negras Cristãs RJ
16	Lidia de Mello Fernandes	Instituto Galpão Gamboa
17	Luciana G.S. da Silva	Núcleo de Mulheres de Duque de Caxias
18	Marcelli Suzarte de Almeida Costa	Amires Associação Missão Resplandecer
19	Maria Aparecida Vieira	Movimento de mulheres do Parque Horácio Cordeiro Franco
20	Marleide Alves Lopes Nacle	Comitê para Democratização da Informática Recode
21	Mauro André Dos Santos Pereira	Defensores do planeta/ REARJ / Elo Oeste ODS

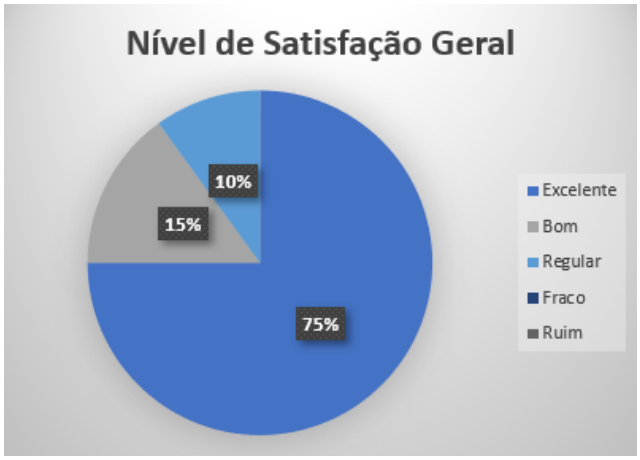
Participações e Organizações (cont.)

	Nome completo:	Organização/Fórum/Rede
22	Renata Suppa Meira	Funperj
23	Rosalina Francisco	Pastoral Social PNSN
24	Rosana Mendes dos Santos Costa	Associacão Harmonicanto Música e Cidadania
25	Rosangela Souza Soares de Albergaria Medeiros	CCBA _ Comitê da Cidadania Bem-Aventurado
26	Sadraque Albino de Souza	Instituto Meduca
27	Sandra Regina Morato Martins	Valores - Agencia para o Desenvolvimento Social
28	Telma Pires Nogueira	OSC Vitória Régia
29	Wanda Lucia Branco Guimaraes	CEDAPS- Centro de Promoção da Saúde
	Equipe Camtra	
30	Eleutéria Amora da Silva	ABONG/ Plataforma MROSC/CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora
31	Lucilayne Nascimento da Silva	CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora
32	Marta M. Lago	CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora
	Convidadas e Convidados	
33	Iara Amora da Silva	Mandato da Deputada Estadual Monica Francisco (PSOL/RJ)
34	Aercio Oliveira	FASE/RJ
35	Reimont Otoni	Vereador (PT/RJ)
36	Fabio Amado	Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos -Nudedh da Defensoria Pública
37	Athayde Motta	IBASE/ABONG Nacional

Avaliação do Encontro: Resultados

Cerca de 20 participantes responderam à avaliação. Seguem as perguntas e os resultados.

1. De forma geral, qual o seu nível de satisfação com a Caravana Rio de Janeiro?



1. 1. Do que gostei

- Estrutura
- Inclusão de diversos setores
- Do chamamento a importância do Mrosc
- Do aprendizado com a rede
- Seleção dos participantes, equipe e programação
- Na segunda mesa, os convidados não comentaram
- De todos os participantes e suas participações
- Principalmente das rodas de conversas
- Gostei de toda caravana. Mesa dos palestrantes, dinâmica, vídeo conferência.
- Da seleção das instituições inscritas
- Das informações da formação da rede, da troca entre lideranças

1. 1. Do que gostei (Continuação)

- Gostei da vontade de nos organizarmos como pessoa jurídica
- De tudo; foi muito bem organizado e o evento esta de parabéns
- Da composição da mesa
- De tudo
- Da metodologia, do local
- Localização, tema, acolhida
- Participantes, diversidade e formato
- Dos temas tratados, das plenárias webinar

1. 2. Do que não gostei

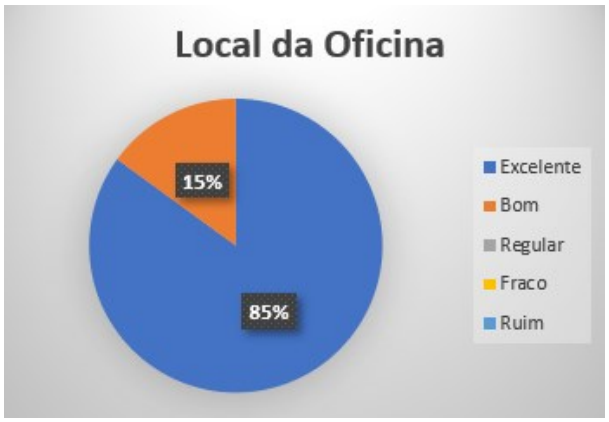
- Da condução da pauta
- Do momento chato no final
- Do tema relacionado tributação de bens
- Acho que deveria ter mais tempo
- De ficar presa no elevador e demora do check in
- Da organização para trabalhos de grupo por parte da facilitadora
- Não continuar
- Colocar instituições de menor organização com outras de maior organização
- Não recebi todo material
- Da rapidez que precisamos fazer o Checkout

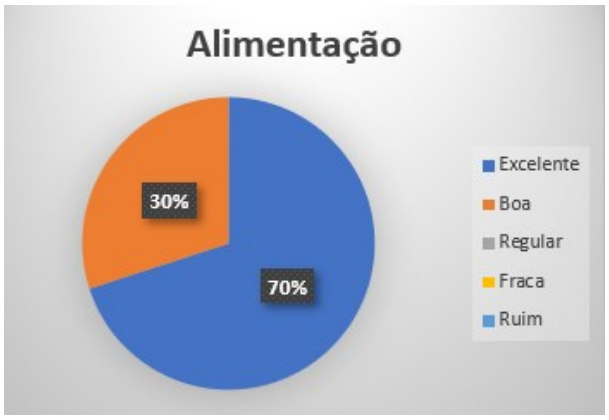
2 . Como você avalia a organização do evento em relação a: - Comunicação

- Local da Oficina

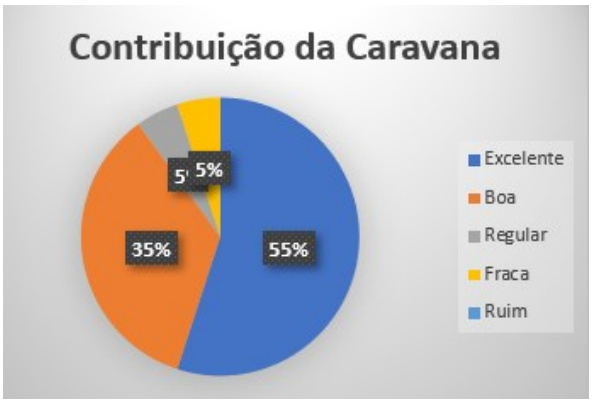
- Alimentação







3. Como a Caravana RJ contribuiu para seu conhecimento e/ou aprofundamento sobre a Plataforma MROSC?



3.1 Comentários

- Intercâmbio com as OSCs participantes e mais conhecimento
- Tive que parar tudo para pensar no Mrosc
- A lei devia ser analisada plenamente sobre o MROSC no âmbito de sua atuação
- Proporcionar mais encontros
- Muitos conhecimentos para passar para comunidade
- Descobri que eu não sei de nada
- Conteúdo artístico atrai a atenção, quando se sai do foco é necessário um retorno de forma diferente
- Foi produtivo e superou minhas expectativas

4. Qual seu nível de satisfação em relação as informações apresentadas?



4.1 Comentários

- Esperava mais informações objetivas
- Aprofundamento do tema
- Deve dar continuidade
- Muito aprendizado
- Melhor impossível
- Disposição das mesas e cadeiras. Poderia ser em círculos

5. Se o volume de informações foi demasiado, o que na sua opinião poderia ser retirado?

- Não houve informação demasiada
- Para este momento contabilidade tributária
- Acredito que o tempo precisa ser maior para dar conta do conteúdo
- Tudo ótimo
- Não se aplica
- Nada
- Não tirar e sim dar seguimento (mesmo.....)
- Me senti contemplada com as informações e aprendizado

6. Outros Comentários

- Que tal um encontro MROSC e a agenda 2020?
- Buscar possibilidade de ampliar o numero de participantes nas caravanas conforme recurso disponível
- Deve dar continuidade
- Proporcionar mais encontros de caravana
- Gostaria de propor mais atividades com esse grupo já formado
- No final, lamentável a discussão sobre o Comitê Facilitador

7. Alguma sugestão para a próxima Caravana?

- Fortalecer as instituições através de qualificação mais objetivas como: Formas e meios para habilitá-las
- Que possa rodar o Estado do Rio
- Gostaria de participar de mais eventos sobre o MROSC
- Maior divulgação
- Fortalecer as OSCs em seus territórios
- Há possibilidade de envolvimento de mais pessoas
- Poderíamos ..... Em outros municípios
- Capacitação nas mudanças de lei referente aos editais
- Parabéns pela caravana. Me coloco a disposição, conte comigo como ponto focal e a OSC Recode que represento

★ ★ ★

Créditos

Textos relatoria: Marta Lago / Assessora Técnica da CAMTRA—Casa da Mulher Trabalhadora

Concepção e elaboração: Marta Lago

Revisão: Eleutéria Amora /CAMTRA-ABONG

Fotos: Caroline Moraes - Assessora de Comunicação da CAMTRA

Secretaria Operativa da Plataforma MROSC:

ABONG/ CAMTRA –Casa da Mulher Trabalhadora

Rua da Lapa, 180 /sala 806 –Centro

Rio de Janeiro -Cep. 20021-180